**Diagnóstico integrado da APA de Guaraqueçaba, ESEC de Guaraqueçaba e REBIO Bom Jesus elaborado para subsidiar seus Planos de Manejo**





Curitiba, 2017

**Equipe Técnica**

Equipe técnica responsável pela contextualização e caraxterização fundiária

Ana Paula Pereira Adriano

Isabelle da Silveira

Poliana Bojanowshi

Coordenação

Sidney Vincent de Paul VIKOU

SumÁrio

[LISTA DE FIGURAS 4](#_Toc473479422)

[LISTA DE TABELAS 5](#_Toc473479423)

[LISTA DE QUADROS 6](#_Toc473479424)

[SIGLAS 7](#_Toc473479425)

[INTRODUÇÃO 11](#_Toc473479426)

[1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA APA DE GUARAQUEÇABA, da ESEC de guaraqueçaba e da rebio bom jesus 12](#_Toc473479427)

[1.1. ENFOQUE INTERNACIONAL 12](#_Toc473479428)

[1.1.1. Análise da APA de Guaraqueçaba, da ESEC de Guaraqueçaba e da REBIO Bom Jesus frente a sua situação de inserção em Reserva da Biosfera ou outros Atos Declaratórios Internacionais. 12](#_Toc473479429)

[1.1.2. Análise da APA de Guaraqueçaba, da ESEC de Guaraqueçaba e da REBIO Bom Jesus frente a sua situação de inserção em outros atos declaratórios internacionais 16](#_Toc473479430)

[1.1.2.1. Hotspots 16](#_Toc473479431)

[1.1.3. Oportunidades de Cooperação Internacional 17](#_Toc473479432)

[1.1.3.1. Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF 17](#_Toc473479433)

[1.1.3.2. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7 17](#_Toc473479434)

[1.1.3.3. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA 18](#_Toc473479435)

[1.1.4. Conferências Internacionais e Acordos Globais 20](#_Toc473479436)

[1.1.4.1. Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB 20](#_Toc473479437)

[1.1.4.2. Agenda 21 20](#_Toc473479438)

[1.1.4.3. Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar – UNCLOS 21](#_Toc473479439)

[1.1.4.4. Princípios para a Administração Sustentável das Florestas 22](#_Toc473479440)

[1.1.4.5. Tratado de Aichi 22](#_Toc473479441)

[1.2. ENFOQUE FEDERAL 26](#_Toc473479442)

[1.2.1. As Unidades de Conservação e o Cenário Federal 26](#_Toc473479443)

[1.2.2. As Unidades de Conservação e o Sistema Nacional de Unidades de Conservaçaõ (SNUC) 30](#_Toc473479444)

[1.3. ENFOQUE REGIONAL 33](#_Toc473479445)

[1.3.1. Implicações Ambientais 33](#_Toc473479446)

[1.3.2. Implicações Institucionais 42](#_Toc473479447)

[1.4. CARACTERIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA REBIO BOM JESUS 43](#_Toc473479448)

[1.4.1 Histórico de ocupação local 43](#_Toc473479449)

[1.4.2 Unidades de conservaçao de proteção integral e a obrigatoriedade do processo de desapropriação 45](#_Toc473479450)

[1.4.3 Processo Administrativo de Regularização Fundiária 47](#_Toc473479451)

[1.4.4 Situação fundiária 48](#_Toc473479452)

[REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 52](#_Toc473479453)

LISTA DE FIGURAS

[Figura 1: Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Brasil 14](#_Toc473479992)

[Figura 2: Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Paraná – Fase VI/2008 15](#_Toc473479993)

[Figura 3 - Cartograma da evolução da criação de UCs por década (1980 até 2016) 34](#_Toc473479994)

[Figura 4 - Cartograma das Unidades de Conservação do Mosaico Lagamar 36](#_Toc473479995)

[Figura 5 - Cartograma da área do Tombamento da Serra do Mar 41](#_Toc473479996)

[Figura 6: Gráfico de representatividade dos imóveis mapeados (ha). 49](#_Toc473479997)

[Figura 7: Gráfico de representatividade com base no percentual dos imóveis em relação à totalidade área da ReBio Bom Jesus. 50](#_Toc473479998)

LISTA DE TABELAS

[Tabela 1: Representatividade da APA de Guaraqueçaba, ESEC de Guaraqueçaba e Rebio Bom Jesus 30](#_Toc473473301)

LISTA DE QUADROS

[Quadro 1: Síntese das oportunidades de cooperação internacional para a APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus 20](#_Toc473479461)

[Quadro 2: Síntese das conferências internacionais e acordos globais que são potenciais apoios para a APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus 25](#_Toc473479462)

[Quadro 3: Unidades de Conservação de Proteção Integral 31](#_Toc473479463)

[Quadro 4: Unidades de Conservação de Uso Sustentável 32](#_Toc473479464)

[Quadro 5: Unidades de Conservação do Mosaico Lagamar na Esfera Pública – Paraná 38](#_Toc473479465)

[Quadro 6: Unidades de Conservação do Mosaico Lagamar na Esfera Privada – Paraná 39](#_Toc473479466)

SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

COBRAMAB - Comissão Brasileira do Programa Homem e Biosfera

COP - Convenção das Partes

ESEC – Estação Ecológica

GEF - Fundo Global para o Meio Ambiente

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes

IMO - Organização Marítima Internacional

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MaB – Programa Homem e a Biosfera

MMA - Ministério do Meio Ambiente

PM – Plano de Manejo

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPG7 - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

RBMA - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

RBs – Reservas da Biosfera

REBIO – Reserva Biológica

RL – Reserva Legal

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC - Unidade de Conservação

UNCLOS - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura;

ZA – Zona de Amortecimento.

|  |  |
| --- | --- |
| **Ficha Técnica da APA de Guaraqueçaba** | |
| Nome da unidade de conservação: **Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba**  Gerência Executiva, Endereço, Telefone**: Praça Carlos Cavalcanti, 48 - Estação Ferroviária, Centro - Antonina/ PR - CEP 83370-000 - (41) 3432-2739**  Unidade Gestora responsável: **ICMBio** | |
| Endereço da sede: | Praça Carlos Cavalcanti, 48 - Estação Ferroviária, Centro - Antonina/ PR - CEP 83370-000 - (41) 3432-2739 |
| Telefone: | (41) 3432-2739 (Sede Antonina)  (41) 3482-1286 (Base Guaraqueçaba) |
| Fax: | Não possui |
| E-mail: | apa.guara@icmbio.gov.br |
| Site: | http://www.icmbio.gov.br/portal/apa-de-guaraquecaba |
| Superfície da UC (ha): | Atualizar com o limite refinado pela disciplina |
| Perímetro da UC (km): | Atualizar com o limite refinado pela disciplina |
| Superfície da ZA (ha): | Não se aplica para a categoria |
| Perímetro da ZA (km): | Não se aplica para a categoria |
| Municípios que abrange e percentual abrangido pela UC: | Antonina (55,95%), Campina Grande do Sul (8,15%), Guaraqueçaba (81,84% - Conferir se a área do município é do IBGE ou do ITCG. O ITCG considera a área de litígio com SP, o que gera uma área maior. Tem que usar a área do IBGE e tirar o Parque Nacional do Superagui e a área de exclusão da cidade de Guaraqueçaba), Paranaguá (31,40%). Colocar em ordem decrescente. |
| Estados que abrange: | Paraná |
| Coordenadas geográficas (latitude e longitude): | \* Acho melhor pegar essa informação com a equipe de Geoprocessamento (Limites Norte, Sul, Leste e Oeste) |
| Data de criação e número do Decreto: | Decreto nº 90.883 de 31 de janeiro de 1985 |
| Marcos geográficos referenciais dos limites: | À Noroeste com a Rodovia BR-116, à Nordeste com a divisa entre os estados do Paraná e São Paulo, à Leste com as ilhas do Superagui e das Peças, à Sul com a Baía de Paranaguá e à Oeste com a costa continental de Antonina, com a Rodovia PR-340 e com os rios Cachoeira e São Sebastião. |
| Biomas e ecossistemas: | Mata Atlântica e Marinho costeiro |
| Atividades ocorrentes: | \* Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura, Turismo cultural, recreativo, rural, natural, Comércio e Serviços, Extrativismo, Indústria de alimentos, Atividade Portuária. |
| Educação ambiental ¹:  Fiscalização ¹:  Pesquisa ¹  Visitação ²:  Atividades conflitantes ³: | \* Educação ambiental vinculada a atividades do Conselho da UC e atividades executadas por ONGs locais como Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS, Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina – ADEMADAN, Fundação Grupo Boticário – FGB, Associação Mar Brasil. |
| \* Fiscalização executada pelo ICMBio, IBAMA, IAP, Batalhão da Polícia Militar Ambiental, Guarda Municipal Ambiental de Paranaguá. |
| \* Atividade de pesquisa muito frequente na região, com forte concentração nas RPPNs da SPVS e da FGB. Destaque também para o monitoramento do Papagaio-da-cara-roxa executado pela SPVS, para o monitoramento de cetáceos e tartarugas realizado pela Mar Brasil e CEM/UFPR. Muitas pesquisas envolvendo o ambiente estuarino e atividade de pesca associada a populações tradicionais. |
| \* Ocorrem atividades de caminhada, banho, esportes aquáticos na baía e nos rios, cicloturismo, turismo cultural/rural. Visitação não controlada pela UC. |
| \* Caça e tráfico de animais, Pesca predatória, extrativismo vegetal ilegal (corte de palmito, corte de árvores para uso da madeira), supressão vegetal não autorizada, uso irregular de agrotóxicos, impactos da atividade portuária, despejo de efluentes domésticos da cidade de Antonina, |
| 1) Qualificar a atividade  2) Identificar as atividades de visitação que se realizam dentro da Unidade, como caminhada, banho, camping, mergulho, exposições interativas, entre outros  3) Identificar as atividades conflitantes que existam dentro da Unidade, como caça, pesca, especulação imobiliária, extração de recursos minerais e/ou vegetais, estradas federais, estaduais e/ou municipais, linhas de transmissão, ocupações, plataformas, hidrovias, uso público em categorias de UC que não se admite. | |

**INTRODUÇÃO**

...

CONTEXTUALIZAÇÃO DA APA DE GUARAQUEÇABA, da ESEC de guaraqueçaba e da rebio bom jesus

## ENFOQUE INTERNACIONAL

Análise da APA de Guaraqueçaba, da ESEC de Guaraqueçaba e da REBIO Bom Jesus frente a sua situação de inserção em Reserva da Biosfera ou outros Atos Declaratórios Internacionais.

A criação e implementação das Reservas da Biosfera (RBs) são atreladas ao Programa Homem e a Biosfera (MaB) da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO). Implantado em 1971, sendo que sua origem remonta à "Conferência sobre a Biosfera" da UNESCO em Paris em setembro de 1968, o MaB é um instrumento para a conservação que visa o uso sustentável dos recursos naturais em áreas protegidas e ao mesmo tempo otimiza a relação homem-natureza. Seu objetivo principal é promover o conhecimento, a prática e os valores humanos para implementar as boas relações entre as populações e o meio ambiente em todo o planeta (RBMA, 2016).

Dentro desse contexto, este programa reconhece as Reservas da Biosfera como áreas de ecossistemas terrestres e/ou marinhos que possuem uma relevância a escala global para aliar conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável e, nesta lógica, devem se tornar prioritárias para a efetivação dessas práticas.

As RBs compõem uma rede mundial de áreas que têm por finalidade a Pesquisa Cooperativa, a Conservação do Patrimônio Natural e Cultural e a Promoção do Desenvolvimento Sustentável. Elas têm 3 funções principais que devem ser cumpridas de maneira integrada: a contribuição para a conservação da biodiversidade, o fomento do desenvolvimento econômico sustentável e a criação de condições logísticas para a efetivação de projetos demonstrativos, para a produção de conhecimento e monitoramento do desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2016).

A fim de cumprir suas funções, as RBs possuem um zoneamento em seus territórios divididos em:

* Zonas núcleo - uma ou mais áreas legalmente protegidas, com perímetro definido, cuja função principal é a proteção da biodiversidade. Correspondem basicamente aos parques e outras unidades de conservação de proteção integral.
* Zonas de Amortecimento – estabelecidas no entorno das zonas núcleo, ou entre elas, têm por objetivos simultâneos minimizar o impacto sobre estes núcleos e promover a qualidade de vida das populações da área, especialmente as comunidades tradicionais. Em geral, correspondem as áreas de mananciais, APAs, áreas tombadas e outras regiões de interesse sócio ambiental.
* Zonas de Transição, sem limite fixo, destinam-se prioritariamente ao monitoramento e à educação ambiental visando integrar de forma mais harmônica as zonas mais internas da Reserva com áreas externas, onde predominam usos e ocupação mais intensivos (urbanização, agricultura, indústria).

Existem 669 RBs em cerca de 120 países e ainda que sejam declaradas pela UNESCO, elas são propostas pela iniciativa de cada país e é dever deste a sua administração, levando em conta as diretrizes do Programa MaB (UNESCO, 2016). Assim, em 1974, foi criada a Comissão Brasileira do Programa Homem e Biosfera (COBRAMAB) e no mesmo ano o país juntou-se ao Programa MaB da UNESCO. Atualmente, o Brasil possui 7 RBs que são as da Mata Atlântica, do Cinturão Verde de São Paulo, do Cerrado, do Pantanal, da Amazônia Central, da Caatinga e da Serra do Espinhaço. Totalizando uma área total de 1.300.000 km² de RBs, representando 15% do território nacional (RBMA, 2016).

No capítulo XI do SNUC, há uma menção à RB descrevendo-a como "um modelo adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais” (MMA, 2004). No caso específico do bioma da Mata Atlântica, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) é a maior área mundial florestada, com aproximadamente 62.000.000 hectares terrestres e 16.000.000 hectares marinhos, somando 78.000.000 hectares espalhados por 17 estados brasileiros. A RBMA estende-se por mais de 5.000 km dos 8.000 km do litoral brasileiro, indo do Ceará ao Rio Grande do Sul (RBMA, UNESCO, 2008) (Figura 1).

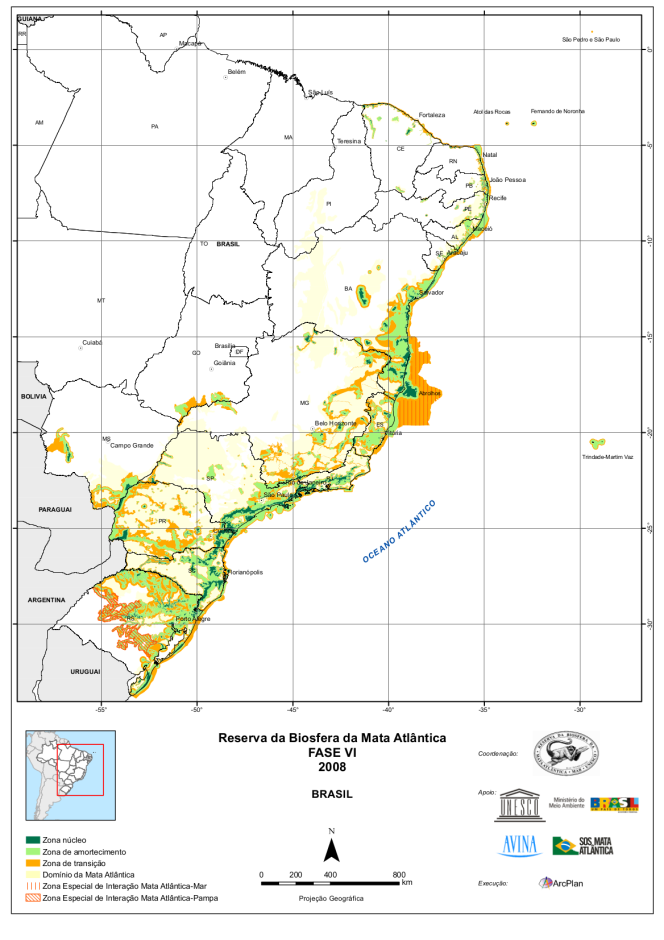


Figura : Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Brasil

Fonte: RBMA, UNESCO, 2008.

A RBMA tem como missão contribuir de forma eficaz para o estabelecimento de uma relação harmônica entre as sociedades humanas e o ambiente na área da Mata Atlântica. Dos 350.000 km² de área abrangida pela RBMA no território brasileiro, o Paraná possui aproximadamente 199.729 km² de extensão, dos quais 169.197 km² abrangem uma área originalmente coberta por Mata Atlântica (RBMA, UNESCO, 2008) (Figura 2).

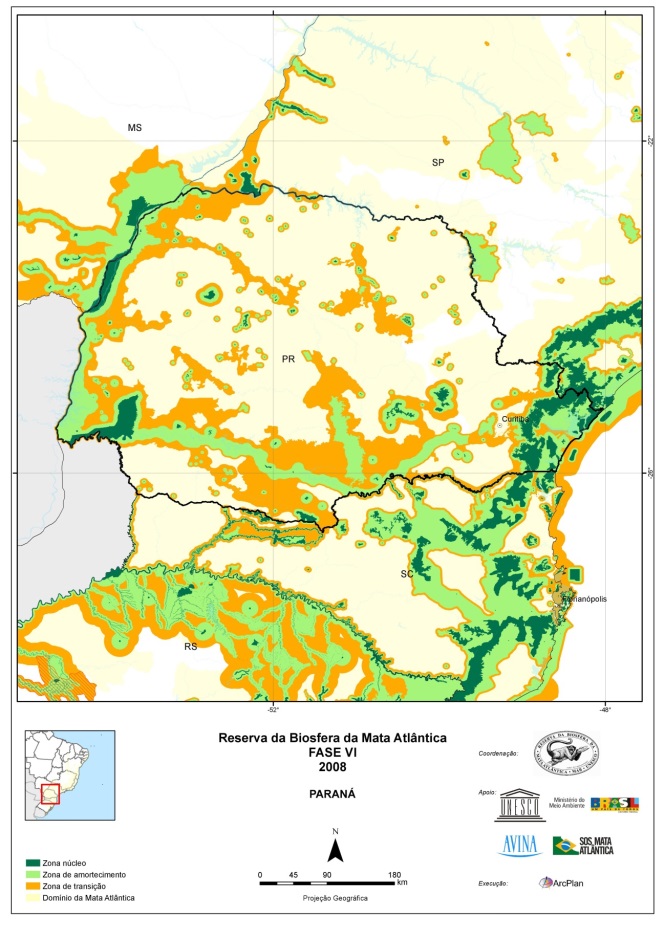


Figura : Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Paraná – Fase VI/2008

Fonte: RBMA, UNESCO, 2008.

No que diz respeito as três Unidades de Conservação em estudo, de acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a APA de Guaraqueçaba possui toda sua área inserida na Reserva da Biosfera Vale do Ribeira e Serra da Graciosa e faz parte da maior área continua de remanescentes de Mata Atlântica (CNUC, 2016). O memorial descritivo do decreto de criação da APA de Guaraqueçaba estipula que a ESEC de Guaraqueçaba está totalmente dentro da APA e, portanto, está inserida na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Paraná. Por fim, a REBIO Bom Jesus também possui toda a sua área coberta por Mata Atlântica, sendo um dos seus objetivos de criação a preservação de ecossistemas de Mata Atlântica dentro de seus limites. Desta forma, as 3 UCs em estudo encontram toda sua área de abrangência inserida na RBMA, destacando mais ainda sua importância estratégica para conservação da biodiversidade.

Análise da APA de Guaraqueçaba, da ESEC de Guaraqueçaba e da REBIO Bom Jesus frente a sua situação de inserção em outros atos declaratórios internacionais

Hotspots

Norman Myers levantou pela primeira vez o conceito de *Hotspots*, em 1988, ele identificou 10 *Hotspots* em floretas tropicais. O que caracterizava essas áreas críticas eram os altos níveis de espécies de plantas endêmicas e também a notável destruição de habitats. Porém, Myers não estabeleceu critérios quantitativos para caracterizar um *Hotspot*. Em 1989, a Convenção Internacional adotou o conceito de *Hotspot* e em 1996 reavaliou o conceito com a colaboração de Myers. Desde então, ficou estabelecido que para qualificar-se em *Hotspot* uma região deve preencher ao menos os seguintes critérios: abrigar no mínimo 1.500 espécies de plantas vasculares endêmicas e ter 30% ou menos da sua vegetação original mantida. Com base nesses critérios, em 1999 identificaram-se 25 *Hotspots* onde cerca de 44% das plantas do planeta e 35% dos vertebrados terrestres ocupavam apenas 1,4% da superfície terrestre (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL, 2005).

O Brasil possui 2 dos 25 *Hotspots* mundias. São eles a Mata Atlântica com 1.233.875 km² de extensão original e 99.944 km² do seu habitat remanescente, seja, restando apenas 8% do seu habitat; e o Cerrado com 2.031.990 km² de extensão original, com 99.944 km² do seu habitat remanescente, restando assim 22% do seu habitat (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL, 2005).

A Mata Atlântica está entre os 5 primeiros biomas de *Hostspots* mundiais. A diversidade dos invertebrados e o endemismo de espécies são altíssimos, sendo 12 gêneros endêmicos, entre elas uma “espécie-bandeira” encontrada na APA de Guaraqueçaba, o mico-leão, do qual encontramos as 4 espécies nos limites da UC.

A APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus englobam um dos biomas mais ameaçados e importantes dentre os Hotspots. Sendo assim, “peças-chave” na preservação da Mata Atlântica.

Oportunidades de Cooperação Internacional

Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF

O Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF) apoia agências governamentais, organizações da sociedade civil, empresas privadas, instituições de pesquisa, entre outras organizações, para implementar projetos e programas em países em desenvolvimento com economias em transição, para alcançar objetivos de convenções e acordos ambientais internacionais.

A APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus por estarem inseridas na Reserva da Biosfera podem considerar o GEF como uma grande oportunidade para contemplação de projetos ou programas voltados para as respectivas UCs e que visam atingir seus objetivos de criação.

Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7

O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil surgiu como uma uma iniciativa conjunta do governo e da sociedade brasileira em parceria da comunidade internacional. Ele foi estruturado tendo como finalidade o "desenvolvimento de estratégias inovadoras para a proteção e o uso sustentável da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica, associadas a melhorias na qualidade de vida das populações locais" (MMA, 2016). Ganha também destaque por ser considerado um dos maiores programas de cooperação multilateral relacionado a uma temática ambiental de importância global.

O PPG7 tem como objetivo geral “maximizar os benefícios ambientais das florestas tropicais, de forma consistente com as metas de desenvolvimento do Brasil, por meio da implantação de uma metodologia de desenvolvimento sustentável que contribuirá com a redução contínua do índice de desmatamento”. Junto ao seu objetivo geral, foram definidos outros específicos que se articulam em: demonstrar a viabilidade da harmonização dos objetivos ambientais e econômicos nas florestas tropicais; ajudar a preservar os enormes recursos genéticos de que estas dispõem; reduzir a contribuição das florestas brasileiras na emissão de gás carbônico; e fornecer um exemplo de cooperação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento nas questões ambientais globais (MMA, 2016).

No interior da APA de Guaraqueçaba vivem comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas, é possível surgir uma parceria em projetos para a promoção de experiências inovadoras entre comunidades locais e a administração da UC, nas áreas de conservação, produção sustentável e educação ambiental.

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA

O PNUMA é resultado da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano de 1972 e atualmente é um dos principais organismos que lida com questões ambientais na esfera internacional. O Programa é responsável, juntamente com os Estados e organismos da ONU, pela concretização dos objetivos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD e pela Agenda 21, operando a partir de sua sede em Nairobi.

Seus objetivos são facilitar a cooperação internacional no campo do meio ambiente, promover o desenvolvimento de conhecimento nessa área, monitorar o estado do meio ambiente global e chamar a atenção dos governos para problemas ambientais emergentes de importância internacional.

A parte estrutural do Programa compreende um Conselho Executivo, um Secretariado, chefiado por um Secretário Executivo, e um Fundo, que fornece assistência financeira aos programas ambientais. Os recursos do Fundo são fornecidos por governos de forma voluntária, e são utilizados na promoção de projetos apresentados por governos, órgãos das Nações Unidas, organizações não governamentais, ou formulados pelo próprio PNUMA.

A APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus possuem potencial para o desenvolvimento de projetos na área ambiental. Esses projetos podem ser submetidos ao Fundo do PNUMA pelos órgãos gestores das UCs, colaborando para desenvolvimento e maior conhecimento dessas áreas protegidas e a biodiversidade que possuem.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ORGANISMO INTERNACIONAL | LINHAS DE ATUAÇÃO | POTENCIAL DE APOIO AS UCs |
| Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) | Diversidade biológica, mudanças climáticas, águas intenacionais, degradação do solo, camada de ozônio e persistentes orgânicos poluentes. | Projetos ou programas voltados para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica. |
| Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) | Proteção e uso sustentável da Floresta Amazônica e Atlântica, associada à qualidade de vida das populações locais. | Parceria em projetos para a promoção de experiências inovadoras entre comunidades locais e a administração da UC, nas áreas de conservação, produção sustentável e educação ambiental. |
| Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) | Facilitar a cooperação internacional no campo do meio ambiente, promover o desenvolvimento de conhecimento nessa área, monitorar o estado do meio ambiente global, chamar a atenção dos governos para problemas ambientais emergentes de importância internacional. | Submissão de propostas para assistência financeira em programas ambientais das UCs. |

Quadro : Síntese das oportunidades de cooperação internacional para a APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus

Conferências Internacionais e Acordos Globais

Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB

A Convenção sobre Diversidade Biológica foi assinada em 1992 no Rio de Janeiro, no decorrer da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (Eco-92). Esta convenção foi estruturada sobre três principais pilares sendo: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos. Considerada um dos acordos internacionais mais importantes para áreas protegidas, ela tem como objetivo:

A conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e eqüitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado (MMA, 2016).

As 3 UCs em estudo devem incentivar a conservação e utilização sustentável de componentes da diversidade biológica presentes em seus limites geográficos (especificamente a APA de Guaraqueçaba, no caso do uso direito dos recursos), portanto sua agenda deve estar alinhada com a da CDB para implementar e aprimorar práticas que visem o cumprimento desses princípios.

Agenda 21

Assinada na Cúpula da Terra em 1992 no Rio de Janeiro, a Agenda 21 representa um compromisso político de alto nível e se caracteriza no primeiro esforço para a transição para o desenvolvimento sustentável. O documento oriundo da Agenda 21 abrange quatro secções temáticas que abordam as dimensões econômicas e sociais, tratando das relações entre meio ambiente e pobreza, saúde, comércio, dívida externa, consumo e população; a conservação e administração de recursos, que trata das maneiras de gerenciar recursos físicos para garantir o desenvolvimento sustentável; o fortalecimento dos grupos sociais, tratando das formas de apoio a grupos sociais organizados e minoritários que colaboram para a sustentabilidade e dos meios de implementação, tratando dos financiamentos e papel das atividades governamentais.

A Agenda 21 é um abrangente plano de ação a ser implementado em áreas onde a atividade humana afeta o meio ambiente, levando em conta as condições e situações encontradas em cada país. Pode ser implementada pelos governos, agências de desenvolvimento, organizações das Nações Unidas e grupos setoriais independentes.

Esse plano de ação tem como principal objetivo a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. A APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus são UCs vinculadas a um órgão federal, que pode adotar políticas públicas voltadas à sustentabilidade.

Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar – UNCLOS

A UNCLOS é uma convenção de abrangência global que teve sua negociação em Montego Bay, Jamaica em 1982 e entrou em vigor em 1994. No Brasil, esta convenção foi instituída a partir do Decreto nº 1.530 de 22 de junho de 1995. Seus objetivos visam estabelecer um novo regime legal abrangente para os mares e oceanos e, no que concerne às questões ambientais, estabelecer regras práticas relativas aos padrões ambientais, assim como, o cumprimento dos dispositivos que regulamentam a poluição do meio ambiente marinho; promover a utilização equitativa e eficiente dos recursos naturais, a conservação dos recursos vivos e o estudo, a proteção e a preservação do meio marinho (MMA, 2016).

A APA de Guaraqueçaba e a ESEC de Guaraqueçaba possuem em seus limites área marítima e devem estar alinhadas com os compromissos brasileiros na UNCLOS, principalmente os que margeiam a utilização e equitativa e eficiente dos recursos naturais, a conservação dos recursos vivos e o estudo, a proteção e a preservação do meio marinho presente em seu perímetro.

Princípios para a Administração Sustentável das Florestas

Os Princípios estão registrados no Anexo III do Relatório da CNUMAD que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992. Os países participantes da CNUMAD adotaram esta declaração de princípios visando um consenso global sobre o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas.

A declaração visa a implantação da proteção ambiental de forma integral e integrada. No documento, consta que as políticas e estratégias nacionais devem fornecer um quadro para aumento dos esforços, incluindo o desenvolvimento e fortalecimento das instituições e programas para a gestão, conservação e desenvolvimento sustentável de florestas e áreas florestais.

A equipe gestora da APA de Guaraqueçaba, da ESEC de Guaraqueçaba e da REBIO Bom Jesus podem se fundamentar sobre os princípios para o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável das florestas presentes nas suas respectivas UCs e usá-los como subsídio para a prospecção de auxilio em projetos, programas e demais atividades.

Tratado de Aichi

As Metas de Aichi para a conservação da biodiversidade foram estabelecidas na 10ª Convenção das Partes - COP da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB que ocorreu em Nagoya, Japão, em 2010. As partes acordaram 20 metas para implementar de 2011 a 2020 (UICN, WWF-Brasil & IPÊ, 2011).

O Tratado de Aichi, ao qual o Brasil é signatário aborda 5 objetivos estratégicos:

1. Tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade fazendo com que preocupações com biodiversidade permeiem Governo e Sociedade.
2. Reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável.
3. Melhorar a situação da biodiversidade protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética.
4. Aumentar os benefícios de biodiversidade e serviços ecossistêmicos para todos.
5. Aumentar a implementação por meio de planejamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação.

Os objetivos possuem uma relação lógica. Para aumentar os benefícios gerados pela biodiversidade é necessário melhorar a sua situação, que depende da redução de pressões e do tratamento das causas da perda da biodiversidade, isso tudo depende da implementação e recursos adequados (UICN, WWF-Brasil & IPÊ, 2011).

A APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus são UCs ricas em biodiversidade. O Tratado de Aichi pode colaborar para a conservação dessa biodiversidade, bem como a gestão efetiva e equitativa dessas UCs pode colaborar para o alcance das 20 Metas de Aichi.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| CONFERENCIA/ACORDO | OBJETIVO | INSTRUMENTO NORMATIVO/DATA | APLICAÇÃO AS UCs |
| Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) | Conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos. | Aprovação no Decreto nº 2 de 03/02/1994. Promulgação no Decreto nº 1.160 de 21/06/1994. Decreto nº 2.519 de 16/03/1998. | Cabe às UCs o incentivo à conservação e utilização sustentável de componentes da diversidade biológica presentes em seus limites geográficos. |
| Agenda 21 | Construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. | Aprovada na CNUMAD, no Rio de Janeiro, em 1992. | As UCs estão vinculadas a um órgão federal, que deve adotar políticas públicas voltadas à sustentabilidade e justiça social. |
| Programa Homem e a Biosfera (MaB) | Promover o conhecimento, a prática e os valores humanos para implementar as boas relações com as populações e o meio ambiente em todo o planeta. | Decreto n° 74.685 de 14/10/1974, que cria a Comissão do Programa MaB no Brasil. | As UCs possuem sua área respresentando a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. |
| Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) | Estabelecer um novo regime legal abrangente para os mares e oceanos e estabelecer regras práticas relativas aos padrões ambientais. | Decreto nº 1.530 de 22 de junho de 1995. | As UCs possuem em seus limites área marítima e devem estar alinhadas com os compromissos brasileiros na UNCLOS. |
| Princípios para a Administração Sustentável das Florestas | Visa um consenso global sobre o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas, bem como a implantação da proteção ambiental de forma integral e integrada. | CNUMAD, no Rio de Janeiro, em 1992. | Estudar os princípios para o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável das florestas presentes nas UCs. |
| Tratado de Aichi | Tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade fazendo com que preocupações com biodiversidade permeiem Governo e Sociedade, reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável, melhorar a situação da biodiversidade protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética e aumentar os benefícios de biodiversidade e serviços ecossistêmicos para todos, aumentar a implementação por meio de planejamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação, de 2011 a 2020. | Estabelecido na 10ª Convenção das Partes - COP da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB que ocorreu em Nagoya, Japão, em 2010. | O Tratado de Aichi pode colaborar para a conservação dessa biodiversidade, bem como a gestão efetiva e equitativa dessas UCs pode colaborar para o alcance das 20 Metas de Aichi |

Quadro : Síntese das conferências internacionais e acordos globais que são potenciais apoios para a APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus

## ENFOQUE FEDERAL

As Unidades de Conservação e o Cenário Federal

No Brasil, é a partir de 1930 que a regulamentação ambiental se afirma. Há três principais momentos na história das políticas ambientais brasileiras: o primeiro período, de 1930 a 1971, é caracterizado pela construção de uma base de regulação dos usos dos recursos naturais; no segundo período, de 1972 a 1987, a ação intervencionista do Estado chega ao ápice; o terceiro período, de 1988 aos dias atuais, caracteriza-se pelos processos de democratização e de descentralização decisória, e pela rápida disseminação da noção de desenvolvimento sustentável (CUNHA e COELHO, 2003, p. 46).

No período em que as políticas ambientais ainda não estavam estabelecidas no Brasil – mais precisamente em 1876 –, ocorreu a primeira iniciativa de criação de Parque Nacional no Brasil, sugestão do engenheiro André Rebouças, que nesse ano propôs a criação de dois parques: o Parque Nacional da Ilha do Bananal e o Parque Nacional das Sete Quedas do Rio Paraná. A proposta não foi concretizada, assim, os primeiros registros de ações efetivas ocorrem somente no ano de 1937, quando o governo de Getúlio Vargas cria o primeiro parque nacional brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia no Rio de Janeiro (PEREIRA, 1999).

Em 1967, é criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF a partir do Decreto – Lei nº 289 de 28 de fevereiro de 1967, resultante da união entre três órgãos: Departamento de Recursos Naturais Renováveis - DRNR, Instituto Nacional do Mate - INP e Instituto Nacional do Pinho – INM. O Art. 2º do Decreto – Lei nº 289/1967 dispõe que:

O IBDF destina-se a formular a política florestal bem como a orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País, de conformidade com a legislação em vigor (BRASIL, 1967).

Segundo a Agência Embrapa de Informação Tecnológica – AGEITEC, os anos 1980 foram importantes na criação de UCs, pois foram criadas 33 UCs entre os anos 1980 e 1984 pela IBDF: 6 Parque Nacionais, 9 Reservas Biológicas, 2 Reservas Ecológicas e 15 Estações Ecológicas, atingindo aproximadamente 6.800.000 ha.

Nesse cenário de crescimento expressivo, surgem as primeiras Unidades de Conservação do Litoral norte do Paraná, e entre as UCs criadas nesse período podem ser citadas:

* Estação Ecológica (ESEC) de Guaraqueçaba

Criada em 1982 como sendo uma UC de proteção integral, ela tem por objetivo resguardar 14 áreas de manguezais, sendo destinada à pesquisa, à educação e à proteção do ambiente. Em 1997, por meio da Lei Federal n.º 9.513, foram excluídas da ESEC de Guaraqueçaba todas as áreas sobrepostas ao Parque de Superagui, devido a ampliação do limite do PARNA. Conforme supracitado esta mesma lei revisa os limites da APA de Guaraqueçaba.

* Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba

Criada pelo Decreto Federal nº 90.883, de 31 de janeiro de 1985 na categoria de UC de uso sustentável, seu objetivo é assegurar a proteção de uma das últimas áreas representativas da Floresta Pluvial Atlântica, onde se encontram espécies raras e ameaçadas de extinção; proteger o complexo estuarino da baía de Paranaguá, os sítios arqueológicos (sambaquis) e as comunidades nativas integradas no ecossistema regional; controlar o uso de agrotóxicos e demais substâncias químicas; e estabelecer critérios de uso e ocupação do solo da região, além de ainda ter por finalidade proteger o entorno da ESEC de Guaraqueçaba (IPARDES, 1995).

A região da APA de Guaraqueçaba integra, em sua extensão continental e estuarina, uma variedade de ambientes (serra do mar, planície costeira, manguezais e ilhas) com enorme biodiversidade, contendo um grande número de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção.

Nas áreas de serra (médias e altas encostas), destaca-se a elevada concentração de Floresta Atlântica em seu estado primitivo, formando um complexo significativo de Floresta Ombrófila Densa, podendo ser considerada a maior e mais representativa de toda a costa brasileira (IPARDES, 2001).

* Parque Nacional (PARNA) do Superagui

Criado em 1989, UC de proteção integral, tem por objetivo proteger e preservar amostra dos ecossistemas ali existentes, assegurando a preservação de seus recursos naturais, proporcionando oportunidades controladas para uso pelo público, educação e pesquisa científica (BRASIL, 1989). Em 1997, os limites da UC foram ampliados através da Lei Federal nº 9.513, de 20 de novembro de 1997.

Posteriormente, em 2012, foi criada a Reserva Biológica (REBIO) Bom Jesus, que está inserida no interior da APA de Guaraqueçaba e tem por objetivo preservar os ecossistemas de Mata Atlântica, em especial as subformações da Floresta Ombrófila Densa e Formações Pioneiras, além da fauna associada, e também a rede hidrográfica local (BRASIL, 2012).

Além de unidades de conservação, em 1984, criou-se o Decreto Federal n° 89.336 que estabelece o Ato de Declaração das Zonas de Vida Silvestre, que se destinam, prioritariamente, à salvaguarda da biota nativa, garantindo a reprodução das espécies, proteção dos habitats das espécies raras, endêmicas, em perigo e ameaçadas de extinção. Também são compreendidas como Zonas de Vida Silvestre as Reservas Ecológicas e as Áreas de Relevante Interesse Econômico (ARIE). (BRASIL, 1984) E no mesmo ano, foi criada a Resolução CONAMA nº 11, visando a implantação da ARIE Ilha do Pinheirinho, na Baia de Guaraqueçaba, sendo instituído no ano seguinte o Decreto Federal nº 91.888, que declara com ARIE as Ilhas de Pinheiro e Pinheirinho, localizadas no Canal de Superagui, ao sul da Baia de Pinheiros, no município de Guarqueçaba. (BRASIL, 1985). Mais tarde, no Decreto Federal nº 9.513/1997 de ampliação do PARNA do Superagui, as ilhas Pinheiro e Pinheirinho são incluídas nos novos limites do PARNA de Superagui, assim, deixando de ser ARIE.

Em 1986, houve um grande esforço para transformar áreas remanescentes de vegetação nativa de Mata Atlântica em Reserva da Biosfera, com dois objetivos principais: atingir o mais alto patamar de reconhecimento da importância e necessidade de proteção desses remanescentes e buscar, por meio desse reconhecimento, a maior cooperação possível para a defesa e recuperação dessa floresta, incluindo apoio técnico e financeiro nacional e internacional (COSTA *et al.,* 1991). Esta importância dada à Floresta Atlântica deve-se ao fato de ela ser a mais rica em termos de biodiversidade entre as florestas tropicais úmidas do planeta: reúne 15% de todas as formas de vida animal e vegetal do mundo. Nela se encontram 171 das 202 espécies de animais brasileiros ameaçados de extinção e 75% das espécies vegetais brasileiras, contra apenas 5% próprias da Floresta Amazônica (PRÓ-ATLÂNTICA, 1997).

Essa preocupação com a conservação dos remanescentes da Floresta Atlântica também fundamentou a organização do Consórcio Mata Atlântica, formado pelos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, com quatro objetivos principais: proteger a biodiversidade, buscar desenvolvimento sustentado, promover a informação e a educação ambiental e buscar recursos para levar a cabo essas ações. Seguindo a mesma linha, o Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA)[[1]](#footnote-1), do governo federal, criou o Projeto Mata Atlântica (SPVS, 1992).

Nesse sentido, a Tabela 1, demonstra a representatividade da cobertura vegetacional preservada pela pelas três Unidades de Conservação em estudo considerando diversas escalas de comparação.

Tabela : Representatividade da APA de Guaraqueçaba, ESEC de Guaraqueçaba e Rebio Bom Jesus

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Unidades Geográficas** | **Superfície (ha)** | % **APA** | % **ESEC** | % **Rebio Bom Jesus** |
| Território Nacional | 84.551.576.704,90 | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Unidades de Conservação Federais | 78.928.050,45 | 0,35% | 0,00% | 0,04% |
| Mata Atlântica original | 100.000.000,00 | 0,28% | 0,00% | 0,03% |
| Mata Atlântica atual | 130.600.000 | 0,21% | 0,00% | 0,02% |
| Reserva da Biosfera da Mata Atlântica | 78.000.000 | 0,36% | 0,00% | 0,04% |
| Território do Paraná | 19.930.798,00 | 1,41% | 0,022% | 0,17% |
| Cobertura vegetal original do Paraná | 16.828.200,00 | 1,67% | 0,02% | 0,20% |
| Cobertura Vegetal atual do Paraná | 2.414.436,00 | 11,69% | 0,18% | 1,41% |
| Área do município de Guaraqueçaba | 202.009,00 | 94,84% | 2,16% | 16,92% |
| Área da APA | 282.444,00 | - | 1,54% | 12,10% |
| Área da APA em Guaraqueçaba | 191.595,00 | 67,83% | 2,28% | 17,84% |
| Área da ESEC | 4.370,15 | 1,54% | - | - |
| Área da Rebio Bom Jesus | 34.179,74 | 12,10% | - | - |

Fonte: Rodrigues *et al*., 2002/03; ICMBio, 2016; IBGE, 2016; RBMA, 2016.

As Unidades de Conservação e o Sistema Nacional de Unidades de Conservaçaõ (SNUC)

No Brasil, é instituido o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC pela Lei Federal nº 9.985 em 2000, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação federais, estaduais e municipais.

Este define Unidades de Conservação em seu Art. 2º, inciso I como:

Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000)

O SNUC categoriza e cria objetivos básicos de cada UC, sendo de Proteção Integral, que tem um uso mais restritivo ou de Uso Sustentável, que permite a utilização de forma a compatibilizar o uso e a conservação da natureza. As UCs de Proteção Integral são categorizadas em 5 tipos diferentes, e as UCs de Uso Sustentável em 7 tipos. O quadro 3 mostra quais são as UCs de Proteção Integral e suas características, e o quadro 4 mostra quais são as UCs de Uso Sustentável e suas características.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Objetivos principais** | **Posse de terras** | **Permissão de presença de moradores** | **Desapropriação de terra** | **Realização de pesquisas** |
| **Estação Ecológica**  **- ESEC** | Pesquisa | Pública | Não | Sim | Depende de aprovação prévia do órgão gestor |
| **Reserva Biológica**  **- REBIO** | Pesquisa e educação | Pública | Não | Sim | Depende de aprovação prévia do órgão gestor |
| **Parque Nacional**  **- PARNA** | Pesquisa e educação | Pública | Não | Sim | Depende de aprovação prévia do órgão gestor |
| **Monumento Natural**  **- MONAT** | Conservação especialmente de beleza cênica, pesquisa e educação | Pública e privada | Sim | Apenas se o uso privado não for compatível com o propósito da UC | Depende de aprovação prévia do órgão gestor |
| **Refúgio de Vida Silvestre**  **- RVS** | Pesquisa e educação | Pública e privada | Sim | Apenas se o uso privado não for compatível com o propósito da UC | Depende de aprovação prévia do órgão gestor |

Quadro : Unidades de Conservação de Proteção Integral

Fonte: Adaptado de Instituto Socioambiental (ISA), 2016

.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Objetivos principais** | **Posse de terras** | **Presença de moradores** | **Desapropriação de terra** | **Realização de pesquisas** |
| **Floresta Nacional**  **- FLONA** | Pesquisa e produção de madeireiros e não madeireiros de espécies nativas | Pública com concessão de real de uso para a comunidade | Sim, populações tradicionais | Sim | Depende de aprovação prévia do órgão gestor |
| **Reserva Extrativista**  **- RESEX** | Proteção dos meios de vida e cultura da comunidade tradicional e uso sustentável dos recursos | Pública com concessão de real de uso para a comunidade | Sim, populações tradicionais | Sim | Depende de aprovação prévia do órgão gestor |
| **Reserva de Desenvolvimento Sustentável**  **- RDS** | Proteção dos meios de vida e cultura da comunidade tradicional e uso sustentável dos recursos | Pública com concessão de real de uso para a comunidade e privada | Sim, populações tradicionais | Apenas se o uso privado não for compatível com o propósito da UC | Depende de aprovação prévia do órgão gestor |
| **Reserva de Fauna**  **- REFAU** | Pesquisas técnico-científicas sobre manejo das espécies | Pública | Sim | Sim | Depende de aprovação prévia do órgão gestor |
| **Área de Relevante Interesse Ecológico**  **- ARIE** | Conservação de relevância regional, normalmente áreas com baixa ocupação humana | Pública e privada | Sim | Apenas se o uso privado não for compatível com o propósito da UC | Depende de aprovação prévia do órgão gestor |
| **Área de Proteção Ambiental**  **- APA** | Ordenamento territorial, normalmente áreas com ocupação humana consolidada | Pública e privada | Sim | Apenas se o uso privado não for compatível com o propósito da UC | - |
| **Reserva Particular do Patrimônio Natural**  **- RPPN** | Pesquisa, educação e ecoturismo | Privada | Sim | Não | - |

Quadro 4: Unidades de Conservação de Uso Sustentável

Fonte: Adaptado de Instituto Socioambiental (ISA), 2016.

É previsto também no SNUC, no Capítulo IV, um importante instrumento de implementação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: o mosaico de UCs, que é implementado quando há um conjunto de UC’s próximas, justapostas ou sobrepostas que requer uma “gestão integrada e participativa compatibilizando a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2000). São de extrema importância, pois favorecem o fortalecimento de corredores ecológicos, ampliam a escala de planejamento territorial, incentiva práticas de manejo, podendo assim diminuir efeitos de borda e ampliar os limites das áreas protegidas, aumentando as chances de reconexão de áreas entre as UC’s.

## ENFOQUE REGIONAL

Implicações Ambientais

Na década de 1990, houve o surgimento de várias Organizações Não Governamentais (ONGs) que se instalaram no Litoral do Paraná. A Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) foi uma delas e concentrou seus trabalhos na região de Guaraqueçaba, produzindo principalmente estudos sobre conservação para esta área. Em 1994, o estado do Paraná, através do Decreto 4.262 instituiu a categoria de manejo de Unidade de Conservação denominada Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Nesse mesmo período, a Fundação do Grupo Boticário comprou uma área de 2.253 hectares, em Guaraqueçaba e concebeu a Reserva Natural Salto Morato. Em meados de 1999, com as áreas Serra do Itaqui e Rio Cachoeira, a SPVS totaliza 18,5 mil hectares de terras na APA de Guaraqueçaba (SPVS, 2013).

A assinatura do Protocolo de Kyoto em 1997 estabeleceu a redução de gases do efeito estufa pelas nações industrializadas e a implantação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), podendo ser cumpridos pelos países fora de seu território. Nesta conjuntura a SPVS, a partir de 1999, conseguiu financiamentos com a TNC (*The Nature Conservancy*) e empresas americanas, como a *American Eletric Power, General Motors* e *Chevron Texaco*, interessadas em seus projetos de conservação ambiental e captação de carbono atmosférico, a fim de mitigar os efeitos do aquecimento global (BORSATTO, 2007; CORNETTA, 2005). Além dos projetos de sequestro de carbono, a SPVS vem recebendo incentivos financeiros de empresas transnacionais como a Audi para campanhas de preservação de espécies endêmicas, como o papagaio-de-cara-roxa.

A região litorânea possui uma grande diversidade de fauna e flora devido a grande extensão do bioma Mata Atlântica. Segundo os dados de tipologia da ONG Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), a vegetação mais presente na área é a Floresta Ombrófila Densa. Segundo o Plano de Gestão Ambiental da APA de Guaraqueçaba (IBAMA, 1995), as espécies ameaçadas que também são consideradas espécies bandeira da APA são o mico-leão-da-cara-preta (*Leothopitecus caissara*) e o papagaio-da-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*), sendo espécies endêmicas da Mata Atlântica, além dos guarás (*Eudocimus ruber*) que foram proclamados como extintos no Paraná, mas que foram vistos em meados de 2005 na região (VON BEHR, 1997; IAP, 2006). Adicionalmente, são consideradas espécies bandeira também a onça pintada (*Panthera onca*), a puma (*Puma concolor*), e as espécies marinhas que são a tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), a tartaruga de couro (*Dermochelys coriacea*), a tartaruga-oliva (*Lepidochelysolivacea*), a tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*) e a tartaruga-verde (*Cheloniamydas*), e também o boto-cinza (*Sotalia guianensis*).

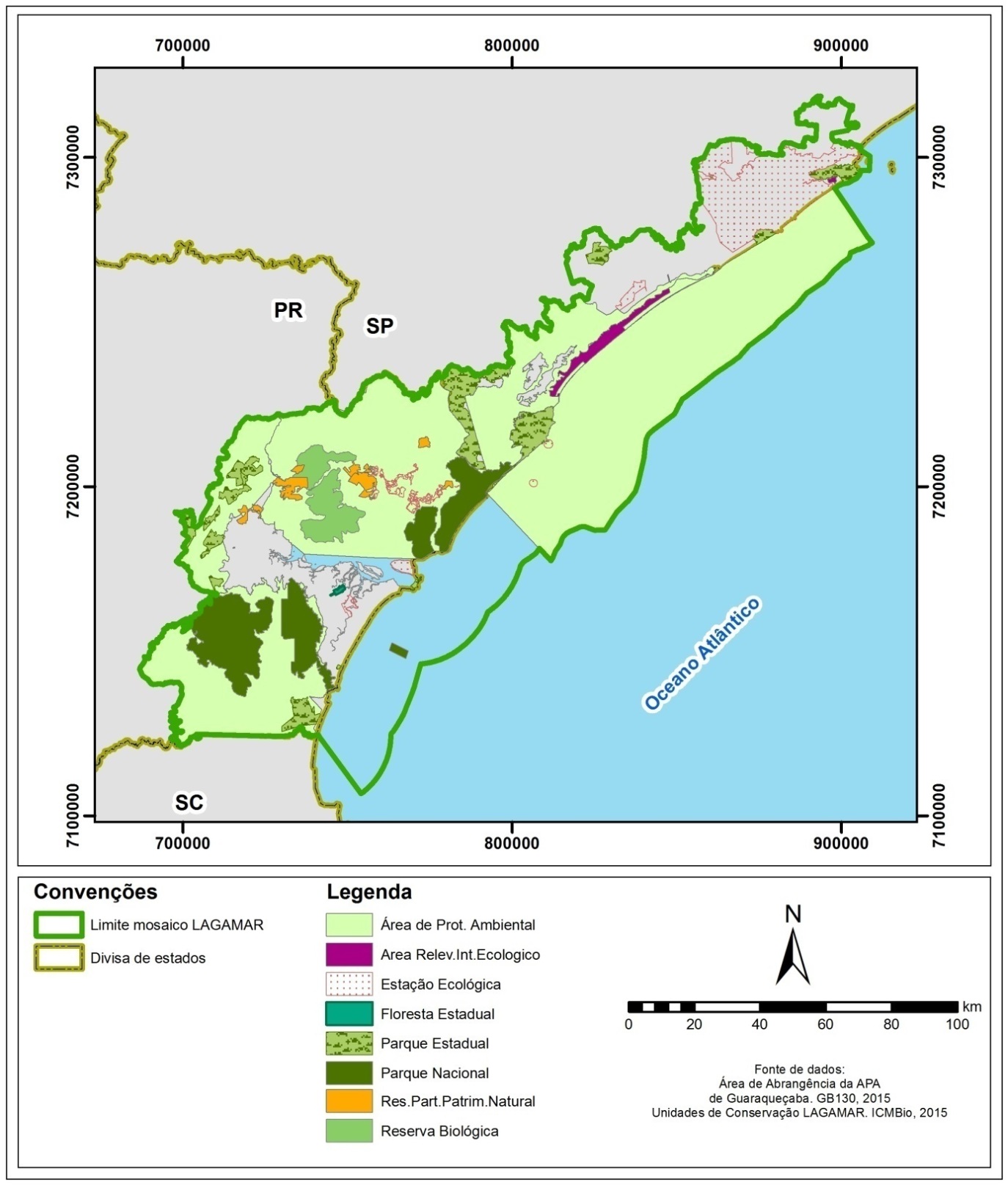
Dada a importância de fauna e flora da região, foram criadas as primeiras UCs no Paraná na década de 80, isso posto, na área de estudo encontram-se as UCs: (ESEC) de Guaraqueçaba, criada em 1982, em seguida a criação da APA de Guaraqueçaba, criada em 1985 (com seus limites alterados em 1997 e 2016), o PARNA do Superagui, criado em 1989 (com seus limites alterados em 1997). Na década de 90, foram criadas as RPPNs Reserva Natural Salto Morato, criada em 1994, e a Reserva Ecológica Sebuí, criada em 1999. Ná década de 2000, foram criadas as RPPNs Reserva Natural Guaricica[[2]](#footnote-2), criada em 2004 (com seus limites alterados em 2007) e a Reserva Natural Papagaio-de-cara-roxa[[3]](#footnote-3), criada em 2007, e nos anos posteriores, a criação da REBIO Bom Jesus, em 2012. O cartograma a seguir demonstra essa evolução de criação de UCs na área de estudo, utilizando os limites atuais de cada UC (Ver: Figura 3):

Figura - Cartograma da evolução da criação de UCs por década (1980 até 2016)

Em construção com o geoprocessamento

O litoral paranaense é constituído por um mosaico de Unidades de Conservação, que comporta categorias de Uso Sustentável e de Proteção Integral, de competência federal, estadual ou municipal, sob gestão pública ou privada. É a maior área contínua de floresta original do Estado do Paraná, no ano de 2006, possuía 82,48% do território coberto por UC’s e/ou áreas protegidas (DENARDIN *et al*, 2008; KOMARCHESKI, 2012).

O mosaico Lagamar é um conjunto de 54 unidades de conservação de diferentes categorias de manejo e de gestão, a adesão ao mosaico é voluntária e sua localização é no maior remanescente contínuo de Mata Atlântica no Brasil (Figura 4), que se estende desde o litoral do estado de São Paulo até o litoral do Paraná. Possui uma área de 1.622.168 ha, sendo que 42% correspondem à porção marinha e 58% a porção terrestre (OC2, 2015).

Figura - Cartograma das Unidades de Conservação do Mosaico Lagamar

Substituir e atualizar por mapa temático: Em construção com o geoprocessamento.

As Áreas de Proteção Ambiental – APA’s do Mosaico, que pertencem ao grupo de unidades de conservação chamado de uso sustentável e que permitem o uso dos recursos naturais, correspondem a 1.172.161 ha ou 72,3% do total da área do mosaico. Já as UC’s de proteção integral, aquelas de uso restrito, correspondem a 269.987 ha, e essas estão sobrepostas às APA’s, o que significa que ali estão inseridas (OC2, 2015).

No estado do Paraná, o Mosaico Lagamar é contituido de 30 UCs, sendo composto de oito categorias diferentes: Área de Proteção Ambiental (APA); Área Especial de Interesse Ecológico (AEIT); Estação Ecológica (ESEC); Reserva Biológica (REBIO); Parque Nacional (PARNA); Parque Estadual (PE); Floresta Estadual; e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), criadas tanto por esferas públicas (Ver: Quadro 5) quanto por esferas privadas (Ver: Quadro 6).

É importante ressaltar, no que diz respeito as RPPN’s no Paraná, que desde 2007, foi publicado um Decreto Estadual que as re-categoriza como sendo da categoria de Proteção Integral, mesmo sendo considerada como UC de Uso Sustentável pelo SNUC. Isso se deve ao fato que a própria Lei do SNUC prevê que as UCs de Uso Sustentável podem ser transformadas em Proteção Integral, conforme estipulado no Art. 22[[4]](#footnote-4). Portanto, no Estado do Paraná, elas são consideradas como UCs de Proteção Integral, conforme art. 1° do Decreto Estadual nº 1529, de 2 de outubro de 2007:

Art. 1°. A Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, de domínio privado, com o objetivo de conservar a diversidade biológica, reconhecida de interesse público pelo órgão ambiental estadual, a partir da livre expressão da vontade do proprietário de imóvel urbano ou rural, ambas manifestadas através de Termo de Compromisso para a Preservação da Biodiversidade em regime de gravame perpétuo como ônus real, averbado na Matrícula do imóvel junto ao Serviço de Registro Imobiliário competente (PARANÁ, 2007.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Órgão Gestor** | **Unidade** | **Decreto de criação** | **Área (ha)** |
| Federal (ICMBio) | ESEC Guaraqueçaba | Dec. Federal 87.222 de 31/05/1982 | 13.638,90 |
| APA de Guaraqueçaba | Dec. Federal 90.883 de 31/01/1985 e Lei Federal nº 9.513 de 20/11/1997 | 282.444,02 |
| PARNA do Superagui | Dec. Federal 97.688 de 25/04/1989 e Lei Federal nº 9.513 de 20/11/1997 | 33.860,36 |
| PARNA Saint Hilaire-Lange | Lei Federal 10.227 de 23/05/2001 | 25.118,90 |
| REBIO Bom Jesus | Dec. Federal s/n de 05/06/2012 | 34.179,74 |
| PARNA Marinho das Ilhas dos Currais | Lei Federal 12.829 de 20/06/2013 | 1.359,70 |
| PARNA Guaricana | Dec. Federal s/n de 13/10/2014 | 49.286,87 |
|  |  |  |  |
| Estadual (IAP) | AEIT do Marumbi | Lei Estadual 7.389 de 12/11/1980 | 66.732,99 |
| PE Florestal do Rio da Onça | Dec. Estudual 3.825 de 05/06/1981 e Dec. Estadual 3.741 de 23/01/2012 | 118,51 |
| ESEC Ilha do Mel | Dec. Estadual 5.454 de 21/09/1982 | 2.240,69 |
| PE Pico do Marumbi | Dec. Estadual 7.300 de 24/09/1990 e Dec. Estadual 1.531 de 02/10/2007 | 8.745,45 |
| PE da Graciosa | Dec. Estadual 7.302 de 24/09/1990 | 1.189,58 |
| ESEC do Guaraguaçu | Dec. Estadual 1.230 de 27/03/1992 | 1.150 |
| APA Estadual de Guaratuba | Dec. Estadual 1.234 de 27/03/1992 | 199.596,51 |
| PE do Pau Oco | Dec. Estadual 4.266 de 21/11/1994 | 905,58 |
| PE Roberto Ribas Lange | Dec. Estadual 4.267 de 21/11/1994 | 2.698,69 |
| PE do Boguaçu | Dec. Estadual 4.056 de 26/02/1998 | 6.660,64 |
| FE do Palmito | Dec. Estadual 4.493 de 17/06/1998 | 530 |
| PE da Ilha do Mel | Dec. Estadual 5.506 de 21/03/2002 | 337,84 |
| PE da Serra da Baitaca | Dec. Estadual 5.765 de 05/06/2002 | 3.053,21 |
| PE Pico Paraná | Dec. Estadual 5.769 de 05/06/2002 | 4.333,83 |

Quadro : Unidades de Conservação do Mosaico Lagamar na Esfera Pública – Paraná

Fonte: Adaptado de Paula *et al.* (no Prelo); ICMBio, 2016; IAP, 2016; SPVS, 2016.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Órgão Gestor** | **Unidade** | **Decreto de criação** | **Área (ha)** |
| Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza | RPPN Reserva Natural Salto Morato | Portaria IBAMA 132 de 07/12/1994 e Portaria ICMBio 30 de 02/03/2012 | 2.252,90 |
| Gaia Operadora de Ecoturismo S/C Ltda | RPPN Reserva Ecológica Sebuí | Portaria IBAMA 99-N, de 24/11/1999 e Portaria IBAMA 3-N, de 02/02/2000 | 400,78 |
| SPVS | RPPN Morro da Mina (Reserva Natural Papagaio-de-cara-roxa) | Portaria IAP 46 de 07/04/2003 | 1.336,19 |
| RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui (Reserva Natural das Águas) | Portaria IAP 157 de 30/08/2007 | 3.526,87 |
| RPPN Reserva Natural Rio Cachoeira (Reserva Natural Guaricica) | Portaria IAP 159 de 30/08/2007 | 4.292,88 |
| RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui I (Reserva Natural das Águas) | Portaria IAP 160 de 30/08/2007 | 392,37 |
| RPPN Vô Borges | Portaria IAP 161 de 30/08/2007 | 12,50 |
| RPPN Reserva Natural Fazenda Santa Maria | Portaria IAP 58 de 30/03/2011 | 400,27 |
| RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui II (Reserva Natural das Águas) | Portaria IAP 59 de 30/03/2011 | 984,93 |

Quadro : Unidades de Conservação do Mosaico Lagamar na Esfera Privada – Paraná

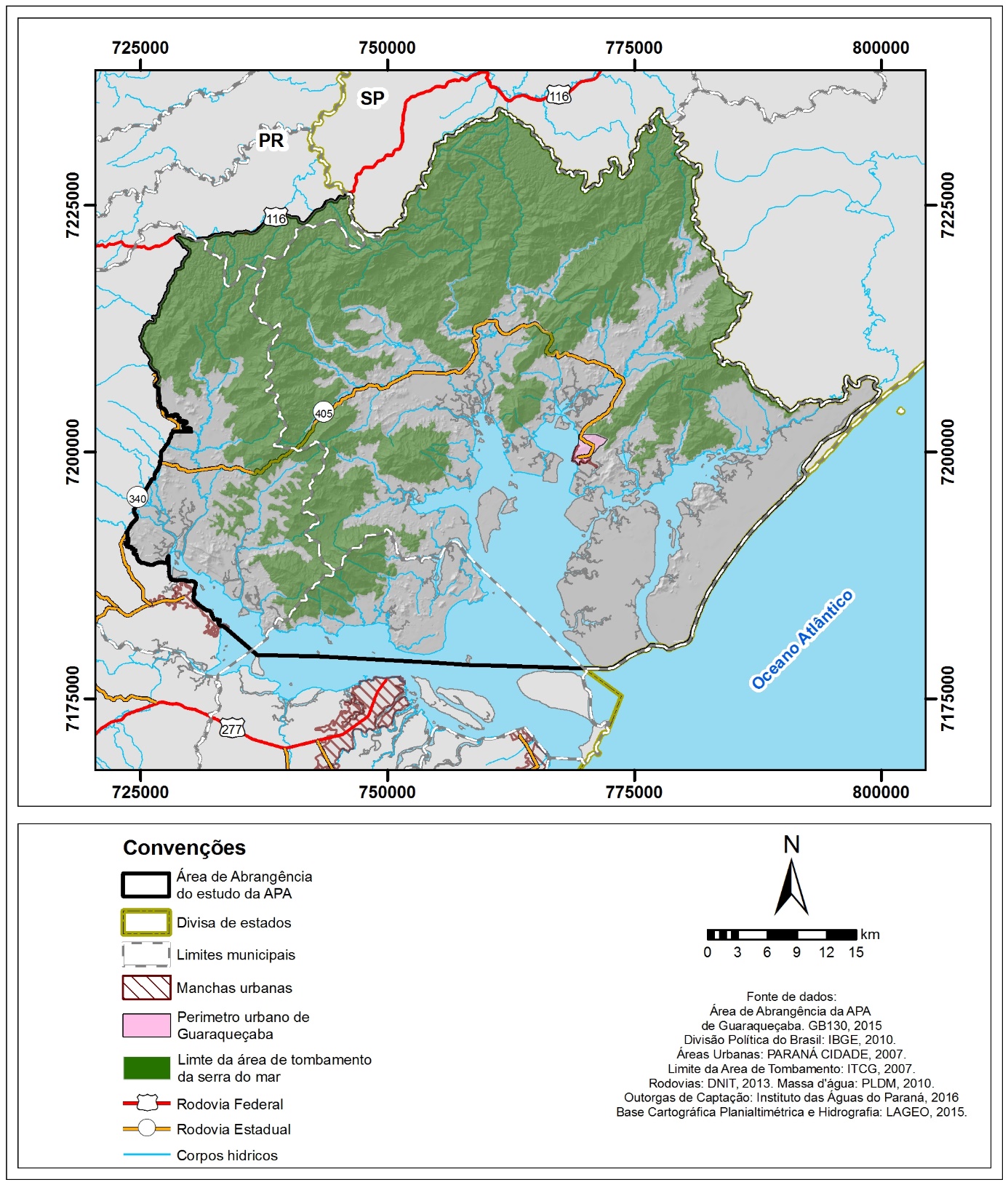
Fonte: Adaptado de Paula *et al.* (no Prelo); IAP, 2016; SPVS, 2016.

O Mosaico Lagamar também denota importância diante das pressões dos grandes empreendimentos no litoral, como ampliação portuária, obras de dragagens, o projeto da rodovia interportos, o porto de Pontal do Sul, pavimentação da PR - 405, BR 101, duplicação da BR 116, licenciamentos e medidas de compensação dos empreendimentos da exploração do pré-sal (FONSECA, 2012). Todas estas pressões interferem diretamente em diversas unidades de conservação na região e o Mosaico Lagamar é de fundamental importância para que ocorra um diálogo integrado entre as áreas protegidas do litoral.

Segundo Metzger (2001), para compatibilizar uso da terra e sustentabilidade, social e econômica, é necessário planejar a ocupação e a conservação da paisagem como um todo. Para isso, a maneira integrada de ver a paisagem, como mosaico, facilita o entendimento das modificações estruturais e, portanto, funcionais, incorporando de forma explícita toda a complexidade das inter-relações espaciais de seus componentes, tanto naturais quanto culturais.

Até o momento, das 30 UCs no estado do Paraná que estão no mosaico Lagamar, 17 possuem plano de manejo, enquanto as outras 13 UCs não possuem[[5]](#footnote-5). Um importante ponto de destaque sobre este mosaico de UCs, é que muitas delas se sobrepõem, reforçando a importância da preservação, e de corredores ecológicos, os quais evitam a fragmentação dos remanescentes de vegetação nativa, além de contribuir para o fluxo gênico de espécies da fauna e da flora.

Além do mosaico Lagamar, é importante mencionar o tombamento da Serra do Mar que possui remanescentes de Mata Atlântica e espécies endêmicas, além do alto valor paisagístico. Esse processou tomou destaque a partir de 1980 quando a região passou a constituir-se como Área de Interesse e Proteção Especial. Em 1984, foi regulamentada pelo executivo estadual a Lei de Uso do Solo do Litoral, com vistas à proteção de áreas e locais de interesse turístico ali existentes. Em 1986, foi realizado o Tombamento da Serra do Mar através do Decreto Estadual nº 6.754, abrangendo parte significativa da APA de Guaraqueçaba. Com uma área de 386.0008 há, o tombamento abrange parte do território de onze municípios: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Campina Grande do Sul, Piraquara, Quatro Barras, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul (Ver: Figura 5).

Figura - Cartograma da área do Tombamento da Serra do Mar

A instituição efetiva como patrimônio tombado passou por um processo que envolveu várias etapas. Em 1991, uma parcela da Serra do Mar no Paraná foi instituída como reserva da biosfera pela UNESCO e em 1999, foi inscrita na lista do Patrimônio Natural da Humanidade, como parte de um complexo designado Reserva da Floresta Atlântica do Sudeste Brasileiro. Seu reconhecimento como patrimônio nacional foi efetivado em 1988, com a Constituição Federal, estabelecido no Art. 225 (CARNEIRO, 2008).

Implicações Institucionais

O mosaico Lagamar é fundamental para apoiar importantes projetos de preservação, como o GEF-Mangue, que visa fortalecer uma rede de áreas protegidas para o ecossistema de mangues no Brasil e é coordenado em uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (FONSECA, 2012). Em 2009, cerca de 40% do mosaico Lagamar foi incluído como área piloto do Projeto Manguezais do Brasil (ICMBIO, 2013). Entre outros projetos de relevância, o mosaico vem para ajudar a fiscalizar e tratar com mais eficiência o comércio ilegal interestadual de artigos de caça e de palmito; identificar regras de pesca divergentes entre os estados; e dialogar sobre a especulação imobiliária, principalmente em São Paulo (FONSECA, 2012).

1.4. **CARACTERIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA REBIO BOM JESUS**

1.4.1 Histórico de ocupação local

Para compreender o processo de regularização fundiária na Reserva Biológica (Rebio) Bom Jesus, é preciso entender o histórico de ocupação da região. Grupos indígenas (tupiniguins e carijós) eram os primeiros habitantes do município de Guaraqueçaba (MARAGON E AGUDELO, 2004). No entanto, a ocupação da porção norte do litoral do Paraná ocorreu em virtude das atividades de exploração dos recursos naturais nos anos seguintes.

A primeira atividade comercial desenvolvida, com a chegada dos europeus, que vinham do litoral paulista, foi a extração do ouro. O término e esgotamento da atividade de mineração deu lugar à agricultura de subsistência. Assim, até meados do século XIX, as áreas foram ocupadas por grandes estabelecimentos agrícolas, formados por núcleos familiares que possuíam mão-de-obra escrava.

O início do século XX caracterizou-se pelo desenvolvimento de um novo mercado voltado para a produção de banana frente à demanda crescente proveniente de países como Argentina e Uruguai (ZANONI, FERREIRA, MIGUEL, et al, 2000, p.45). Neste período, a população da região duplicou no litoral norte do Paraná e junto ao aumento populacional, houve a necessidade de expansão das áreas cultivadas, resultando em alterações profundas na paisagem em detrimento das áreas de floresta.

No início dos anos 30, frente à concorrência exercida pela produção da região litoral de São Paulo, finalizaram-se das exportações de banana na região. “As décadas de 20 e 30 foram marcadas pelo fim do ciclo de prosperidade da banana e o aparecimento de uma grave crise na agricultura de queimada praticada pelos agricultores desta região” (ZANONI, FERREIRA, MIGUEL, et al, 2000, p.46).

Na década de 50, a região de Guaraqueçaba passou por novas transformações. “Nos anos 50, instalaram-se as primeiras fábricas de palmito e muitos agricultores migraram para o corte de palmito, diminuindo assim, o uso de parcelas de terra para agricultura”, desta forma, foi aberta oportunidade para que se instaurasse um intenso processo de apropriação de terras por grandes grupos econômicos (PREFEITURA DE GUARAQUEÇABA, 2016; IPARDES, 2001, p.86). “Nas duas últimas décadas, foi intensa a apropriação de terras por grandes grupos empresariais, configurando um novo quadro fundiário e delineando uma nova relação de apropriação da terra e de exploração de seus recursos” (IPARDES, 1995, p.101).

Essas empresas foram atraídas pela implantação de políticas de incentivos fiscais, tendo em vista que o governo federal passou a liberar créditos subsidiados e redução de impostos para aqueles que investissem no cultivo do café, palmito e criação de búfalos. De acordo com o diagnóstico feito pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 1995, p.101), a presença destes novos empreendimentos resultou de uma estratégia de valorização da terra a médio e longo prazos através do interesse na exploração de recursos florestais por madeireiros, indústrias alimentícias e outras, ocupação da área de planície com pecuária e agricultura, incremento do mercado de terras através do loteamento nas áreas rural e urbana e a expansão de atividades turísticas.

Neste momento ocorreram os primeiros indícios de decréscimo populacional, com grande êxodo rural, motivado pela migração dos pequenos agricultores para as vilas situadas à beira da baía, ou se dirigindo para a cidade de Paranaguá que tinha como premissa a atividade portuária. Logo, iniciaram-se intensos processos de grilagem e formação de latifúndios, “muitos abriram suas áreas, venderam as madeiras, introduziram o búfalo (que degradou as florestas de planície) e não produziram, nem manejaram o café e o palmito” (SEMA, 1995, p.27; PREFEITURA DE GUARAQUEÇABA, 2016).

Com o objetivo de consolidar este processo de valorização da região, o Poder Público estadual realizou investimentos em infraestruturas rodoviárias visando maior acessibilidade à localidade. Primeiro, inaugurou o eixo que liga Curitiba - Paranaguá nos anos 60, e posteriormente na década de 70, uma estrada de terra entre Guaraqueçaba - Antonina, a PR 405 (ZANONI, FERREIRA, MIGUEL, et al, 2000, p. 46).

Automaticamente, um novo processo de ocupação iniciou-se. Entre os anos de 1980 e 2000, os municípios da orla do litoral do Paraná sofreram elevadas taxas de crescimento populacional que, por sua vez, acompanharam as taxas de crescimento demográfico dos demais municípios das aglomerações do Estado (ITCG, 2013, p.183). “A chegada de novos tipos de produtores e investidores, obedecendo outras lógicas sociais e econômicas, e a maior integração da região com as regiões vizinhas, modificaram radicalmente as bases de funcionamento da sociedade local (...)” (ZANONI, FERREIRA, MIGUEL, et al, 2000, p.46). Parte dos agricultores familiares que permaneceram no local passaram a viver essencialmente da agricultura de subsistência, sendo a banana o único produto comercializável, e a extração do palmito, estimulada pelos donos de fábricas e/ou intermediários, constituiu-se como importante produto para o mercado (IPARDES, 2001, p.86).

Na década de 80, a região se encontrava à parte dos processos produtivos e desenvolvimentistas do Estado, possuindo como passivo ambiental a alta degradação dos ecossistemas. As causas, do que se convencionou como “declínio regional” estão nas características do relevo local, aumento da concorrência de mercado, abertura de novas frentes agrícolas no oeste do Paraná, a ligação Paranaguá – Curitiba via estrada de ferro e crise agrária regional (ZANONI, FERREIRA, MIGUEL*, et al*, 2000, p.47; SEMA, 1995, p.26).

### Unidades de conservaçao de proteção integral e a obrigatoriedade do processo de desapropriação

Visando reverter os impactos deixados pelos vários ciclos econômicos na região, foram instituídas políticas de proteção ambiental para o município de Guaraqueçaba. Isso foi materializado pela criação em 1982 da Estação Ecológica de Guaraqueçaba que, de uma certa forma, deu início aos processos de implantação de Unidades de Conservação na região, as quais passaram a ser elementos de definição de uso e ocupação do espaço (SEMA, 1995, p.27).

Junto a esse quadro, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), considerado um dos modelos de conservação da natureza mais sofisticados do mundo, classifica as Unidades de Conservação (UC) em duas categorias de manejo distinto, de forma a diferencia-las quanto às especificidades de proteção e usos permitidos (MMA, s/d, p.3). Trata-se das Unidades de Conservação de proteção integral e as de uso sustentável.

A categoria Reserva Biológica está inserida entre as UC de proteção integral, significa dizer que seu objetivo básico é “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000). Assim, caracteriza-se como de posse e domínio público, o que torna inviável a permanência de moradores em seus limites, devendo as áreas privadas serem desapropriadas, conforme art. 10, § 1o da presente lei. A origem da ReBio Bom Jesus ocorreu devido ao encerramento das operações do Banco Bamerindus S.A, sendo repassados ao Patrimônio da União, dois imóveis localizados na Serra do Mar com o objetivo de saldar dívidas com o Governo Federal. Conforme a proposta de criação da mesma (MMA, 2009, p.2), a Secretaria do Patrimônio da União, resolveu transferir a gestão dos referidos imóveis ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), visto se tratarem de propriedades constituídas por florestas naturais, em regiões predominantemente montanhosas, localizadas em Áreas de Proteção Ambiental (APA).

Com a instituição do SNUC, os imóveis, denominados de Fazenda Guaricana e Fazenda Bom Jesus, deveriam ser objetos de processos administrativos visando serem decretados pela Presidência da República como UC. Conforme relatório que dispõe da proposta de criação da ReBio, a Fazenda Bom Jesus possuía cerca de 5.900 hectares (ha), sub-dividida em duas áreas, de 5.690 e 210 hectares cada, localizadas entre os municípios de Antonina e Guaraqueçaba, municípios do Litoral Norte do Estado do Paraná.

O decreto de criação da mesma (nº 5 de junho de 2012) no art. 5 torna automaticamente os imóveis rurais existentes como de utilidade pública para fins de desapropriação. Segundo a Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre as desapropriações por utilidade pública, seu art. 2 ressalta que “mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, Municípios, Distrito Federal e Territórios”, neste caso, sendo dotado como critério definidor de utilidade pública “(...) a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza” (Art. 5, inciso “k”).

Neste contexto, o órgão gestor da ReBio Bom Jesus, o Instituto Chico Mendes (ICMBio), possui uma instrução normativa (nº 2, de 3 de setembro de 2009) que trata exclusivamente dos procedimentos para a indenização de benfeitorias e desapropriação em UC federais. Este processo será brevemente descrito a seguir.

## Processo Administrativo de Regularização Fundiária

A iniciativa de abertura do processo administrativo de regularização fundiária pode ocorrer tanto por parte do proprietário, interessado em receber a indenização, como pelo próprio ICMBio, devendo ser entregue um requerimento preenchido, junto aos dados do titular do imóvel e documento de registro do mesmo.

O passo seguinte é a instauração do processo no nome do ocupante (s) ou titular (es) de domínio do imóvel. Isto será feito no momento em que o chefe da UC encaminhar memorando solicitando abertura do Processo Administrativo. As etapas seguintes podem ser definidas como: análise técnica e jurídica, avaliação, e por fim, indenização administrativa ou proposição de ação judicial.

Logo, para continuidade, o Chefe da UC solicitará ao proprietário a apresentação da documentação necessária, além do que já havia sido entregue. Basicamente, são documentos que tratam da identificação do proprietário ou ocupante, comprovação da titularidade do imóvel ou ocupação, certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) atualizado, planta georreferenciada do imóvel e memorial descritivo (obedecidos os níveis de precisão adotados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA), apresentação da certidão negativa de débitos relativo ao Imposto Territorial Rural (ITR) emitido pela Receita Federal e, não menos importante, Certidão Negativa de Débitos emitida pelo IBAMA/ICMBio.

Com o objetivo de caracterizar o imóvel, compete à chefia da UC a elaboração do Relatório Técnico Preliminar, o qual descreverá a forma de uso e ocupação do imóvel. Será realizada vistoria, sendo o proprietário comunicado quanto à data de realização. Após conclusão destes procedimentos, a Procuradoria Federal especializada, junto ao ICMBio, procederá a análise jurídica do processo, emitindo um parecer sobre sua regularidade. Por conseguinte, sendo constatada a regularidade técnica e jurídica, o processo seguirá para a avaliação do imóvel[[6]](#footnote-6).

Concluído o procedimento de avaliação, o proprietário terá o prazo de vinte dias após recebimento de uma intimação providenciada pela chefia da UC para dizer se aceita o valor apurado. Em caso afirmativo, a aceitação deve vir com reconhecimento de firma pelo cartório. Acatada a proposta, a transferência da propriedade ocorrerá preferencialmente, pela via administrativa, devendo ser formalizada por escritura pública de desapropriação amigável, no caso de imóvel de domínio privado, e de escritura pública de compra e venda se tratando de indenização por benfeitorias realizadas em terras públicas. Por outro lado, a ausência de resposta será interpretada como recursa à proposta, neste caso, ocorrerá o ajuizamento de ação de desapropriação ou, em se tratando de terras públicas, ação que vise à desocupação da área, mediante depósito em juízo do valor referente à indenização.

* + 1. Situação fundiária

Conforme o diagnóstico do IPARDES (2001, p.99), é de fundamental importância que se caracterize a situação fundiária das UC, pois conhecendo a forma como estes espaços são apropriados se viabilizará o aprimoramento da gestão dessas áreas, de forma estabelecer proposições e medidas de fiscalização e monitoramento, além da definição de diferenciações de uso dos recursos naturais para os diferentes segmentos sociais.

Os resultados apresentados basearam-se no banco de dados dos imóveis mapeados, embora não desapropriados, de conhecimento da equipe gestora da ReBio Bom Jesus. Entre 2013 e 2014, foram abertos 16 processos administrativos que ao todo correspondem a uma área de aproximadamente 2.077,4 hectares. Já entre 2015 até o presente ano, novos processos foram instaurados para desapropriação de cerca de 2.951.5 hectares. A maioria destes processos está em fase de tramitação, enquanto que 28 % encontram-se em estágio preliminar de análise pelo ICMBio. Assim, foi observado o número total de 27 imóveis, que representam 14.078,8 hectares, ou seja, 41,16% da área total da Reserva.

Dentre os proprietários, há pessoas jurídicas e pessoas físicas, aqueles caracterizam mais de 70% da posse dos imóveis mapeados. As empresas se localizam nos Estados do Paraná e Santa Catarina e abrangem ramos de empreendimentos imobiliários, construção civil para obras especializadas, serrarias e prestadora de serviços de cultivo de pinus e produtos florestais.

Conforme os dados, 46,6% dos imóveis mapeados são propriedades da Incorporadora e Administradora Arvoredo, no entanto, este número corresponde apenas a 4,66% do território da Reserva. Por outro lado, a empresa Agro Florestal Sulbrasil S/A detêm cerca de 18,5% dos imóveis mapeados que, por sua vez, representam 5,18% da extensão total da UC. O restante se distribui entre 9 proprietários (pessoas jurídica e física) que juntos caracterizam o domínio de 1,900 hectares (13,8% da área total da Reserva). Abaixo são representadas as áreas dos imóveis mapeados em hectares de acordo com os respectivos proprietários (Figura 6) e os percentuais em relação à área da ReBio Bom Jesus (Figura 7).

Figura : Gráfico de representatividade dos imóveis mapeados (ha).

Fonte: ICMBio, 2016

Figura : Gráfico de representatividade com base no percentual dos imóveis em relação à totalidade área da ReBio Bom Jesus.

Fonte: ICMbio, 2016

Tratar de regularização fundiária é aproximar-se da gestão de conflitos devido às ocupações situadas em áreas que contemplam os limites das UC. Todavia, a revisão do Código Florestal, pela Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, trouxe à luz uma possibilidade de auxílio às negociações entre proprietários e gestores no que tange à regularização através da compensação da reserva legal (RL).

Conforme a referida lei (Artº 3, III), a RL caracteriza-se por ser uma área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural com função ambiental de preservação dos recursos hídricos, da paisagem, da estabilidade geológica, da biodiversidade, etc, devendo, portanto, ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel. Determinou-se um percentual a ser mantido com base na localização e o bioma em que se encontra o terreno, com exceção da Amazônia Legal, nas demais regiões espalhadas pelo país considera-se um percentual mínimo de 20% em relação à área do imóvel. Este caso se aplica, sobretudo, àqueles proprietários que detinham área inferior ao estabelecido (20%), devendo então regularizar sua situação. Por meio da obrigatoriedade de se manter áreas de RL, torna-se uma alternativa viável optar pela regularização dos imóveis em primeiro momento para posteriormente doação ao poder público da área localizada no interior da UC.

Com base nas informações qualitativas de descrição histórica de ocupação do município de Guaraqueçaba e quantitativas dos dados provenientes dos imóveis mapeados, pode-se concluir o presente capítulo ressaltando quanto aquele processo influenciou e ainda influencia na estrutura fundiária do município. Conforme os dados relativos ao Cadastro de Imóveis do Município de Guaraqueçaba do INCRA em 1987 (IPARDES, 2001), se constatou a sobreposição de titulação entre as áreas declaradas e a área total do município. Em 2014, o diagnóstico realizado de Subsídio ao Plano de Manejo da APA de Guaraqueçaba (etapa Tagaçaba) verificou esta realidade, inclusive com os dados do Recadastramento Rural do INCRA/Receita Federal de 1992. No presente diagnóstico não foi possível a realização de novos levantamentos de imóveis de domínio privado dentro dos limites da UC, que viriam a complementar a base de dados apresentado acima, reflexo da problemática a cerca da posse e titularidade dos imóveis no município.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937.

\_\_\_\_\_\_\_Decreto – Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3365.htm>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_\_\_**Constituição Federal**, artigos 215 e 217. 1988.

\_\_\_\_\_\_\_ Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Brasília,

Lei 12.651. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 mai. 2012. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12651.htm> >. Acesso em: 21/09/2015.

\_\_\_\_\_\_\_Decreto de 5 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação da Reserva Biológica Bom Jesus, nos Municípios de Antonina, Guaraqueçaba e Paranaguá, Estado do Paraná. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Dsn/Dsn13319.htm>. Acesso em: 16 set. 2016

\_\_\_\_\_\_\_\_\_**Lei Federal nº 12.727**, de 17 de outubro de 2012. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 out 2012.

CNUC. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. **Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba.** Disponível em : <<http://sistemas.mma.gov.br/cnuc/index.php?ido=relatorioparametrizado.exibeRelatorio&relatorioPadrao=true&idUc=17>>. Acesso em novembro de 2016.

CONSERVATION INTERNATIONAL BRASIL. **“Hotspots Revisited. Earth’s Biologically Richest and Most Endangered Terrestrial Ecorregions”**. CEMEX, 2005. Disponível em <<http://www.conservation.org/global/brasil/publicacoes/Documents/HotspotsRevisitados.pdf>>. Acesso em novembro de 2016

COSTA, J. P. O. Dedicatória do Presidente do Conselho da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica à Miguel von Behr. In: VON BEHR, M. **Guarakessaba**. São Paulo: Empresa das Artes, 1997.

CUNHA, S. e COELHO, M. C. Política e gestão ambiental. In: CUNHA, S. & GUERRA, A. (Orgs). **A questão ambiental. Diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 248 p.

DENARDIN, V. F. et al. (2009). Distribuição de benefícios ecossistêmicos: o caso do ICMS ecológico no litoral paranaense. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 184- 198, maio/ago. 2008

FONSECA, A. C. Mosaico Litoral Sul de São Paulo e Litoral do Paraná. Palestra apresentada no Curso de Gestão de Mosaicos. ICMBIO, Iperó – São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.redemosaicos.com.br/arquivos_dados/arq_downloads/mmidia-id-76.pdf>. Acesso em 25 set 2015.

FUNBIO. Fundo Brasileiro para a Biodiversidade. Disponível em: <<http://www.funbio.org.br/o-que-fazemos/agencia-gef/> >. Acessado em outubro de 2016.

IAP. Instituto Ambiental do Paraná. **Fauna do Paraná em Extinção**. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2006.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **Listagem de RPPN´s Estaduais e Federais**. Disponível nos links: < <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1260> > e < <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1258> >. Acesso em: 28/11/2016.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **Unidades de Conservação Estaduais**, 2016. Disponível em: < <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1209> >. Acesso em: 28/11/16.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:<censo2010.ibge.gov.br/>.Acesso em: 15/10/2015.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_Cidades**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principal.shtm>> e < <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=410950> >. Acesso em: 26/09/16.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_**Estimativa Populacional de 2011 a 2014.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/>. Acesso em: 24/11/2015

\_\_\_\_\_\_\_\_\_**Manual Técnico de Pedologia**. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_**Manual técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2012.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_**Mapas temáticos: Clima (1998).** Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas\_tematicos/mapas\_murais/clima.pdf>. Acesso em: setembro de 2015.

ICMBIO. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **APA de Guaraqueçaba**. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2244-apa-de-guaraquecaba> >. Acesso em: 26/09/16.

\_\_\_\_\_\_\_**Cartilha de Regularização Fundiária de Unidades de Conservação Federais**.. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/cartilha_de_regularizacao_fundiaria.pdf>. Acesso em 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_**Instrução Normativa nº 2, de 3 de setembro de 2009. Regula os procedimentos técnicos e administrativos para indenização de benfeitorias e desapropriação de áreas nas unidades de conservação federais.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in022009.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **Unidades de Conservação**. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidades-de-conservacao> >. Acesso em: 28/11/16.

IPARDES – Instituto Paranaense de desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico Ambiental da APA de Guaraqueçaba**. Curitiba: IPARDES, 1995.

\_\_\_\_\_\_\_ **Diagnóstico Ambiental da APA de Guaraqueçaba**. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), 1995.

\_\_\_\_\_\_\_\_ **Zoneamento da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba**. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), 2001.

ISA - Instituto Socioambiental. **Quadro comparativo das categorias**, 2016 . Disponível em: < <https://uc.socioambiental.org/o-snuc/quadro-comparativo-das-categorias> >. Acesso em: 13/10/2016.

ITCG. **Zoneamento ecológico-econômico do Estado do Paraná: fase litoral.** Curitiba: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG), 2013.

KOMARCHESKI, R. **Sustentabilidade socioambiental da produção de farinha de Mandioca em Guaraqueçaba - PR**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná – Programa de Pós-graduação em Meio ambiente e desenvolvimento, Curitiba, 2012.

MARAGON, M.; AÇUDELO, L.P.P. Comunidades rurais da APA de Guaraqueçaba: Entre diálogos e conflitos. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2., 2004, Indaiatuba. **Anais...**Indaiatuba: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), 2004.

MMA. Ministério do Meio Ambiente**. Convenção Sobre Diversidade Biológica – CDB**. Disponível em:< <http://www.mma.gov.br/destaques/item/7513> >. Acesso em outubro de 2016

**\_\_\_\_\_\_\_\_ Direito do Mar - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS).** Disponível em:< <http://www.mma.gov.br/acessibilidade/item/885-direito-do-mar> >. Acesso em outubro de 2016

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil**. Disponível em:< <http://www.mma.gov.br/port/sca/ppg7/capa/> >. Acesso em outubro de 2016.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**Proposta de Criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral, na categoria de Reserva Biológica, na Região da Serra do Mar/Planície Litorânea do Estado do Paraná (Rio Faisqueira/Serra da Custódia – Relatório técnico.** Ministério do Meio Ambiente: ICMBio/IBAMA, mar. 2009.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília: Ministério de Meio Ambiente (MMA). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_publicacao/240_publicacao05072011052536.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

OC2. Observatório Costeiro. **Unidades de Conservação do Mosaico Lagamar.** Disponível em: < <http://observatoriocosteiro.webnode.com/mosaico-lagamar/unidades-de-conservacao-do-mosaico-lagamar2/> >. Acesso em 26/09/16.

PAULA, E. V. **Análise da Produção de Sedimentos na Área de Drenagem da Baía de Antonina/PR uma abordagem geopedológica**. 220 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

PAULA, E. V. **Dengue: uma análise climato-geográfica de sua manifestação no Estado do Paraná (1993-2003).** 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

PAULA, E. V. **Leptospirose Humana: Uma Análise Climato-Geográfica de sua Manifestação no Brasil, Paraná e Curitiba**. Curitiba: UFPR. Monografia de conclusão de curso de graduação em Geografia, 2003.

PAULA, E. V.; SANTOS, L. J. C. **Estimate of Natural Vegetation in the Baía Antonina’s Drainage Area (State of Paraná – Brazil), Based on Geopedological Information**. Quaternary and Environmental Geosciences. v. 2. Curitiba, 58-66p. 2009.

PEREIRA, P. M. **Unidades de conservação das zonas costeira e marinha do Brasil.** 1999. Disponível em < http://www.bdt.fat.org.br/workshop/costa/unidades/cons1# introdução >. Acesso em: 28 ago 2015

PREFEITURA DE GUARAQUEÇABA. **História. Município. Guaraqueçaba**, 2016 Disponível em < <http://www.guaraquecaba.pr.gov.br/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

RBMA. Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. **Conselho Nacional Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.** Disponível em <<http://www.rbma.org.br/index.asp>>. Acesso em: outubro de 2016.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Mapas. Disponível em: < <http://www.rbma.org.br/mab/unesco_03_mapa.asp> >. Acesso em: 26/09/16.

RODRIGUES, A. S.; TOMMASINO, H.; FOLADORI, G.; GREGORCZUK, A. (2002-2003). É correto pensar a sustentabilidade em nível local? Uma análise metodológica a partir do estudo de caso em uma Área de proteção Ambiental no litoral sul do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, vol. V – n 2ago/dez 2002 - vol. VI - n 1 jan/jun 2003 (duplo). Campinas: Nepam/Unicamp.

SCARDUA, Fernando Paiva; BURSZTYN, Maria Augusta Almeida. Descentralização da política ambiental no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 257-290, jan./dez. 2003. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/estado/article/view/3713/3227>. Acesso em: 25 de ago. de 2015.

SEMA. **Plano de Gestão Ambiental – Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba**. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná (IAP), 1995.

SPVS - Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental. **Mapa: Mosaico Lagamar – Unidades de Conservação**, SPVS, 2016.

THE NATURE CONSERVANCY. **Plano Integrado de conservação para a região de Guaraqueçaba**. Relatório Anual. Curitiba, 1992.

UICN, WWF-Brasil e IPÊ. **Metas de Aichi: Situação atual no Brasil.** Ronaldo Weigand Jr; Danielle Calandino da Silva; Daniela de Oliveira e Silva. Brasília, DF, 2011. Disponível em < <http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/metas_de_aichi_situacao_atual_no_brasil__2011_download.pdf> >. Acesso em outubro de 2016

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura. Disponível em: < <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/main-characteristics/> >. Acesso em: outubro de 2016.

VON BERH, M. **Guarakessaba Paraná- Brasil. Passado- Presente- Futuro**. São Paulo, Empresa das Artes. 1997.

ZANONI, M.M.; FERREIRA, A.D.D.; MIGUEL, L. de A.; FLORIANI, D.; CANALI, N.; RAYNAUT, C. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n.2, p. 39-55, jul./dez. 2000.

1. Antes da promulgação da Constituição Brasileira de 1988, a Lei nº 6.938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), já previa um sistema descentralizado de gestão ambiental no Brasil, por meio de um Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), constituído por um órgão superior, um órgão consultivo deliberativo, um órgão central, um órgão executor, órgãos seccionais e órgãos locais. A forma, como e quando deveriam ser feitas tais atividades não haviam sido discutidos com os estados e muito menos com os municípios, estes últimos, alvos das ações previstas no SISNAMA (SCARDUA *et al.,* 2003). [↑](#footnote-ref-1)
2. Nome alterado, na criação possuía o nome de Reserva Natural Cachoeira. [↑](#footnote-ref-2)
3. Nome alterado, na criação possuía o nome de Reserva Natural Morro da Mina. [↑](#footnote-ref-3)
4. Art. 22. § 5º As unidades de conservação do grupo de Uso Sustentável podem ser transformadas total ou parcialmente em unidades do grupo de Proteção Integral, por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º deste artigo [↑](#footnote-ref-4)
5. Informações consultadas nos sites do IAP e ICMBio:

   < <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1201> >

   < <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1281> >

   < <http://www.icmbio.gov.br/portal/planosmanejo> >. Acesso em: 15/11/2016. [↑](#footnote-ref-5)
6. A avaliação consiste na apuração do preço global de mercado do imóvel, através de pesquisa de dados do mercado de terras, incluídos o valor da terra nua e o das benfeitorias indenizáveis (ICMBio, 2016). Integram o preço da terra nua: as florestas naturais, matas nativas e qualquer outro tipo de vegetação natural (IN 02/2009, art 19, § 1º). [↑](#footnote-ref-6)